

BOLETINS PED SETORIAIS:
TRABALHO DOMÉSTICO E CONSTRUÇÃO CIVIL

Meta C. Aprimorar sistema de divulgação e disponibilização das informações
C3. Organização da linha editorial Sistema PED
C 3.2 Elaborar e divulgar Boletim PED setorial

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos

2010

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Souza do Nascimento

Diretor do Departamento de Emprego e Salário - DES

Rodolfo Peres Torelly

Coordenadora Geral de Emprego e Renda - CGER

Sandra Elisabeth Lage Costa

Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-62641
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica**Coordenação do projeto**

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Coordenador do Sistema PED

Rosana de Freitas - Coordenadora Administrativa e Financeira

Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa e Financeira de Projetos

Sirlei Márcia de Oliveira – Supervisora Técnica de Projetos

Lucia dos Santos Garcia – Assessora da Coordenação do Sistema PED

Joana Cabete Biava – Apoio técnico

Equipe Regional PED's¹**Apoio**

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

DIEESE

Consultores

Ana Flávia Machado

Fundação SEADE

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

¹ Outros profissionais que não foram citados se envolveram na execução das atividades previstas no plano de trabalho do projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ANEXO - BOLETINS PED SETORIAIS: TRABALHO DOMÉSTICO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	8

APRESENTAÇÃO

O Projeto “Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamento”, constituído no âmbito do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 092/2007 e Termos Aditivos, tem como objetivo principal consolidar o Sistema PED como base estatística do Sistema Público de Emprego. A fim de alcançar este objetivo, as atividades contempladas no projeto estão divididas em 05 grandes grupos:

- Fortalecimento da coordenação e articulação do Sistema PED;
- Investimento no desenvolvimento metodológico e o aperfeiçoamento das condições operacionais da PED;
- Aprimoramento do sistema de divulgação e disponibilização das informações;
- Desenvolvimento de novos indicadores de apoio às políticas públicas;
- Estímulo à expansão do Sistema PED.

O presente relatório apresenta os **Boletins PED Setoriais**, relativos ao Trabalho Doméstico e o Trabalho na Construção Civil que seguem anexados. Esta atividade está inserida no objetivo geral C “Aprimorar Sistema de Divulgação e Disponibilização das Informações” e objetivo específico C2. “Organização da linha editorial Sistema PED”.

O objetivo dos Boletins PED Setoriais é apresentar de forma sintética e regular as principais informações disponíveis para determinados setores de atividade investigados pela PED, de forma a subsidiar o Movimento Sindical e os formuladores de Políticas Públicas nas suas ações setoriais. Eles foram elaborados pela equipe técnica do DIEESE. Para isso, foram realizadas uma série de reuniões ao longo do ano, para discutir o tema, o plano tabular e os resultados de cada boletim.

Em 2010, foi dada continuidade ao **Boletim do Trabalho na Construção Civil**, iniciado em 2009 e que se consolidou em dois boletins por ano com dados conjunturais do setor e relacionados a grande estruturação e forte crescimento econômico que atravessa o país. Já o **Boletim Trabalho Doméstico**, que tem sua primeira edição, deverá manter sua publicação uma vez por ano, tratando de questões estruturais e conjunturais. Entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010 foram elaborados 3 Boletins PED Setoriais, conforme temas e datas de divulgação descritos no quadro a seguir:

Boletim	Divulgação	Tema
Boletim Trabalho Doméstico (Ano 1. Nº 1)	Abril 2010	As características do trabalho Doméstico remunerado nos mercados de Trabalho Metropolitanos
Boletim Trabalho e Construção (Ano 2. Nº 3)	Fevereiro 2010	A pesar da Crise, Construção Civil teve desempenho positivo em 2009
Boletim Trabalho e Construção (Ano 2. Nº4)	Outubro de 2010	Crescimento do setor da construção civil favorece a expansão de postos de trabalho e do rendimento

Seguem em anexo na íntegra os seis Boletins PED Setoriais.

Crescimento do setor da construção civil favorece a expansão de postos de trabalho e do rendimento

ANEXO
BOLETINS PED SETORIAIS

TRABALHO DOMÉSTICO
TRABALHO E CONSTRUÇÃO

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Nº 3 - Fevereiro 2010

DIIESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

APESAR DA CRISE, CONSTRUÇÃO CIVIL TEVE DESEMPENHO POSITIVO EM 2009

A crise internacional trouxe consigo impactos não desprezíveis sobre a economia brasileira, a exemplo de uma acentuada desaceleração da atividade econômica. Entretanto, ao longo do ano passado, um conjunto de medidas governamentais para estimular a economia auxiliou a sustentação e até mesmo permitiu a ampliação do nível ocupacional em diversos setores da atividade econômica, em especial na Construção Civil. O aumento da oferta de crédito por intermédio dos bancos públicos, as isenções fiscais sobre materiais de construção e os investimentos públicos em infraestrutura e em habitação popular são exemplos de medidas que beneficiaram o segmento da Construção em 2009.

*Analisar o comportamento da ocupação, do emprego, dos rendimentos e das horas trabalhadas na Construção Civil, no segundo semestre de 2009, nos mercados de trabalho metropolitanos, é o objetivo deste terceiro número da série **Boletim Trabalho e Construção**. Para a elaboração deste boletim foram utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e no Distrito Federal.*

OCUPAÇÃO TEVE AUMENTO EM TODAS AS REGIÕES

A crise internacional que atingiu o centro capitalista no final de 2008 e generalizou-se rapidamente pela economia mundial teve impacto negativo

na economia brasileira, em 2009. Os primeiros meses do ano passado foram especialmente adversos, marcados por retração da atividade econômica, forte queda do crédito, adiamentos das decisões de investimentos empresariais e elevação das taxas de desemprego.

No entanto, a partir do segundo trimestre do ano passado, o país iniciou

um processo de retomada do crescimento econômico, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho. Ainda assim, as estimativas apontam para um crescimento próximo de zero do PIB brasileiro em 2009.

Além das medidas fiscais e de investimento, já mencionadas, foram também importantes para a recuperação da atividade econômica o crescimento real dos salários de base da economia e a expansão dos programas de transferência de renda para a sustentação da demanda agregada. A Construção Civil, em particular, após uma relativa paralisação no começo de 2009, foi paulatinamente recuperando o dinamismo econômico verificado no período anterior à crise. O aumento das vendas e dos lançamentos de novos empreendimentos imobiliários ilustra bem a recuperação do setor, assim como a geração crescente de postos de trabalho.

DESEMPENHO NO 2º SEMESTRE DE 2009

1 - Entre julho e dezembro de 2009, 103 mil pessoas foram incorporadas ao contingente de trabalhadores da Construção Civil. Assim, a ocupação no setor cresceu 10,2% em relação ao primeiro semestre. Estima-se que, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Sistema PED, a Construção Civil ocupava, em 2009, 1.116 mil trabalhadores, entre assalariados, autônomos, empregadores e donos de pequenos empreendimentos familiares (Tabela 1).

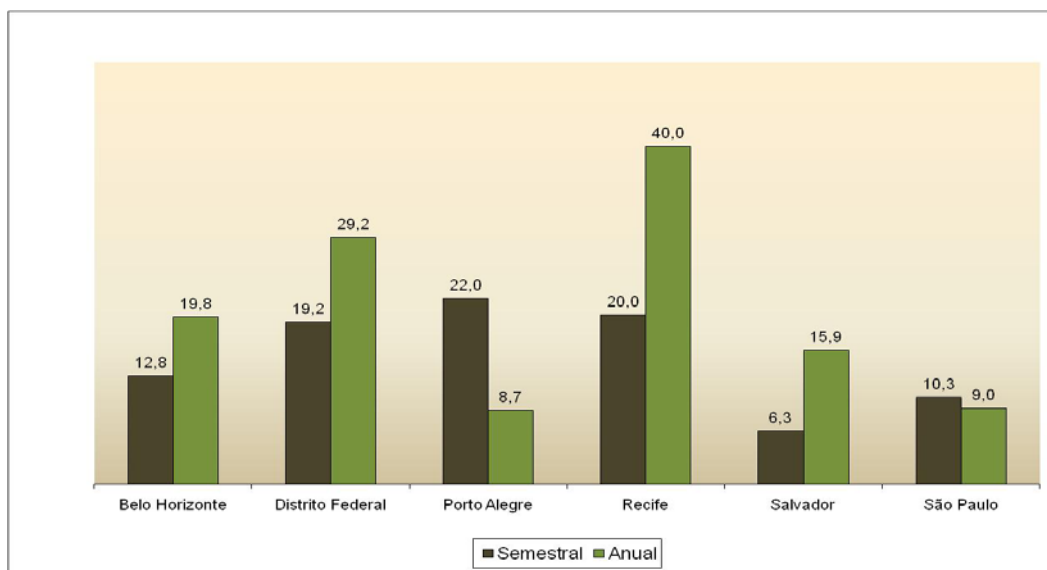
2 - Tal incremento decorreu de elevações da ocupação observadas no setor em todos os mercados de trabalho regionais pesquisados, variando entre 7,6%, na Região Metropolitana de São Paulo, e 17,8%, na de Recife.

TABELA 1
Estimativa de ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

Regiões	2008	2009		Variação Absoluta (em mil pessoas)		Variação Relativa (%)	
				Semestral	Anual	Semestral	Anual
	2º Sem	1º Sem	2º Sem	2ºSem. 09/ 1ºSem/09	2ºSem. 09/ 2ºSem/08	2ºSem. 09/ 1ºSem/09	2ºSem. 09/ 2ºSem/08
Total	993	1.013	1.116	103	123	10,2	12,4
Belo Horizonte	167	159	184	25	17	15,7	10,2
Distrito Federal	54	57	63	6	9	10,5	16,7
Porto Alegre	97	94	103	9	6	9,6	6,2
Recife	64	73	86	13	22	17,8	34,4
Salvador	88	92	102	9	14	9,7	15,9
São Paulo	523	537	578	41	55	7,6	10,5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

GRÁFICO 1
Variação do número de assalariados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

2 - Tal incremento decorreu de elevações da ocupação observadas no setor em todos os mercados de trabalho regionais pesquisados, variando entre 7,6%, na Região Metropolitana de São Paulo, e 17,8%, na de Recife.

3- Ao se analisar o mercado de trabalho assalariado, constata-se, da mesma forma, uma elevação generalizada do emprego na Construção Civil. Nesse quesito, os destaques ficaram por conta das regiões metropolitanas de Porto Alegre (22,0%) e de Recife (20,0%), seguidas pelo Distrito Federal (19,2%). No Distrito Federal e nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Recife e São Paulo, o crescimento do emprego assalariado deu-se em ritmo superior ao verificado para ocupação, o que sugere que além

da ampliação dos postos de trabalho, tais regiões promoveram uma formalização dos vínculos empregatícios dos trabalhadores da Construção Civil - (Gráfico 1).

4 - Os rendimentos dos ocupados não apresentaram comportamento uniforme nas regiões pesquisadas. Na comparação do segundo semestre de 2009 com o semestre imediatamente anterior, observa-se uma elevação, em termos reais, dos rendimentos dos ocupados na Construção Civil somente nas regiões metropolitanas de São Paulo (11,1%) e Porto Alegre (8,0%). Por outro lado, os rendimentos decresceram em Belo Horizonte (13,7%), Recife (8,9%) e Salvador (6,2%) e, em menor magnitude, no Distrito Federal (1,1%) (Tabela 2).

TABELA 2
Estimativa do rendimento dos ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

(em R\$)

Regiões	2008	2009		Variação Relativa (%)	
				Semestral	Anual
	2º Sem	1º Sem	2º Sem	2ºSem. 09/ 1ºSem/09	2ºSem. 09/ 2ºSem/08
Belo Horizonte	856	856	739	-13,7	-13,7
Distrito Federal	874	879	869	-1,1	-0,6
Porto Alegre	962	945	1021	8,0	6,1
Recife	474	516	470	-8,9	-0,8
Salvador	712	696	653	-6,2	-8,3
São Paulo	1.131	1.034	1.149	11,1	1,6

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

COMPARAÇÃO ENTRE OS SEGUNDOS SEMESTRES – 2008 E 2009

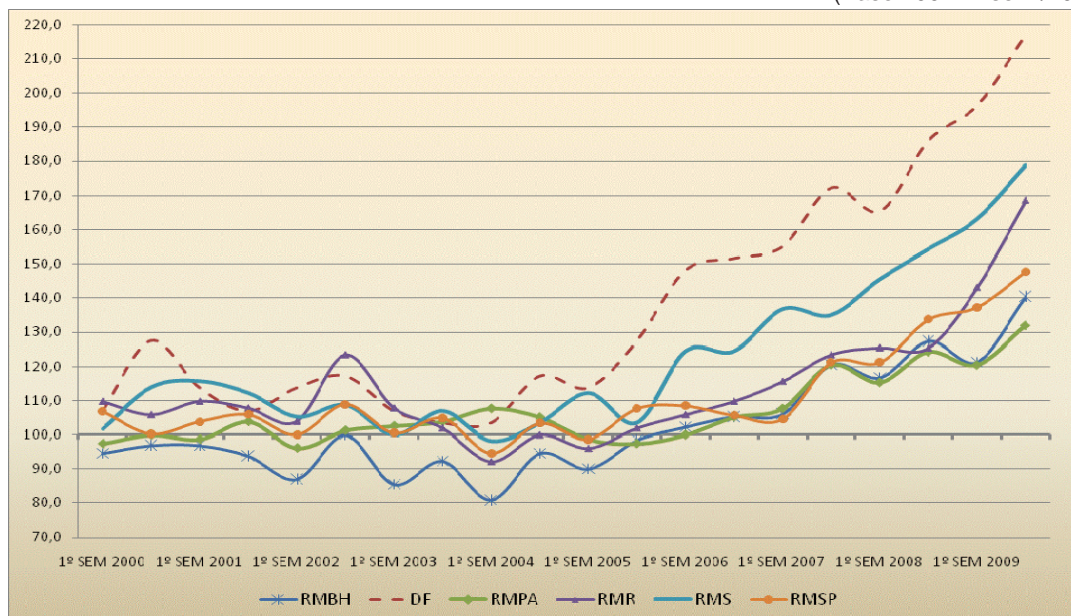
5 - Na comparação com segundo semestre de 2008, o número de ocupados na Construção Civil aumentou 12,4% nos seis últimos meses de 2009, acrescentando 123 mil trabalhadores ao total de ocupados do setor. Embora tal ampliação de postos de trabalho tenha sido generalizada, deu-se de forma diferenciada nos mercados de trabalho regionais pesquisados. De um lado, a ocupação

cresceu de forma bastante intensa em Recife (34,4%) e, de outro, em Porto Alegre, o crescimento – de 6,2% - foi bem mais comedido (Tabela 1).

6 - Tendo como horizonte de análise um período mais longo, a partir de 2000, a evolução do total de ocupados na Construção Civil indica que em todas as regiões pesquisadas houve incorporação de trabalhadores ao setor. Este quadro se tornou visivelmente promissor a partir dos primeiros meses de 2006 e, após repercutir os efeitos da crise financeira mundial no segundo semestre de 2008, retomou tendência ascendente (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Evolução do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1º semestre 2000 a 2º
semestre de 2009

(Base 100= 1º sem./1999)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

7 - Em comparação com o segundo semestre de 2008, as remunerações pagas na Construção Civil no segundo semestre do ano passado não apresentaram comportamento homogêneo nas regiões pesquisadas pelo Sistema PED. Da mesma forma que se verificou na comparação com o primeiro semestre de 2009, Porto Alegre (6,1%) e São Paulo (1,6%) foram as únicas regiões que assinalaram expansão nos rendimentos. Os demais mercados de trabalho regionais pesquisados registraram recuo nos rendimentos médios reais dos trabalhadores do setor, com destaque para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, onde as variações negativas atingiram respectivamente, 13,7% e 8,3% (Tabela 2).

8 - No último ano, as jornadas de trabalho praticadas pelos ocupados na Construção Civil pouco variaram. Além da estabilidade verificada em Belo Horizonte (42 horas), Porto Alegre (43 horas) e Salvador (44 horas), as informações da PED indicam que pequenas oscilações ocorreram no Distrito Federal (de 44 para 43 horas), em São Paulo (de 44 para 43 horas) e em Recife (de 45 para 46 horas). Entre os assalariados, o comportamento da jornada de trabalho foi ainda mais heterogêneo. No Distrito Federal e em Recife, o tempo de trabalho foi ampliado no período em análise. Por outro lado, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e São Paulo houve uma pequena redução da jornada. Em Salvador, por seu turno, a jornada de trabalho permaneceu estável (Tabela 3).

TABELA 3
Horas semanais trabalhadas pelos ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2008 e 2009

(Em horas semanais)

Regiões	Jornada Semanal					
	Ocupados			Assalariados		
	2º Sem/2008	1º Sem/2009	2º Sem/2009	2º Sem/2008	1º Sem/2009	2º Sem/2009
Belo Horizonte	42	41	42	43	41	41
Distrito Federal	44	44	43	43	44	44
Porto Alegre	43	42	43	45	43	44
Recife	45	46	46	46	48	48
Salvador	44	43	44	45	44	45
São Paulo	44	42	43	45	43	44

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese – Sine/MG; Fundação João Pinheiro – FJP. **Distrito Federal:** Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; DIEESE. **Porto Alegre:** Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/Sine-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Recife:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; DIEESE. **Salvador:** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; DIEESE. **São Paulo:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; DIEESE.

AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

No Brasil, em 2008, o contingente de trabalhadores domésticos remunerados somava 6.626 mil pessoas, das quais 93,6% eram mulheres, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda hoje, é o segmento que garante a inserção ocupacional de 15,8% das mulheres que trabalham. Só é superado pelo setor de Educação, Saúde e Serviços Sociais, segmento que reúne 16,8% das ocupadas e pelo Comércio e Reparação, onde estão 16,2% das trabalhadoras.

Porém, trabalho doméstico remunerado¹ se distingue dos demais trabalhos assalariados por sua situação particular. Suas atividades se restringem quase exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros. Como se trata de um trabalho com características próprias, sem finalidade lucrativa, em que o empregador é uma pessoa física, a legislação que regula a profissão é bastante específica, limitando os direitos trabalhistas destas profissionais, em comparação aos de outras ocupações.

O fato de as trabalhadoras domésticas remuneradas desenvolverem atividades no âmbito dos domicílios limita as relações com sua categoria profissional. Além disso, a relação com o empregador é fortemente marcada por relações interpessoais e familiares, o que descaracteriza o caráter profissional da ocupação. Acrescente-se que este é um emprego de baixa sindicalização, de acesso limitado aos direitos trabalhistas plenos, mesmo quando com carteira de trabalho assinada, e uma ocupação de baixos rendimentos e de longas jornadas. Todos esses elementos contribuem para a desvalorização da atividade.

¹ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de Serviços Domésticos ou Emprego Doméstico. É foco de análise apenas a trabalhadora doméstica remunerada.

Hoje, é intenso o debate sobre a necessidade de que as empregadas domésticas tenham seus direitos equiparados ao dos demais trabalhadores, dada a importância desta atividade para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Conhecer as características desta profissão e de suas trabalhadoras ajuda a subsidiar o atual debate legislativo sobre a garantia dos direitos trabalhistas e de proteção social às empregadas domésticas. Desse modo, pretende-se oferecer um quadro atualizado sobre a situação dessa atividade nos mercados de trabalho metropolitanos e chamar a atenção para sua importância e os problemas mais evidentes. Para tanto, utilizaram-se informações de 2009 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal pelo DIEESE em parceria com a Fundação Seade, Ministério do Trabalho e Emprego e parceiros regionais.

Serviços Domésticos é alternativa importante de trabalho para as mulheres

Em 2009, as mulheres ocupavam de 43,7%, em Recife, a 47,6%, no Distrito Federal do total de postos de trabalho existentes nas regiões metropolitanas pesquisadas pela PED.

As características do crescimento econômico do país nos últimos anos e a ênfase nos investimentos e obras públicas vêm provocando leves alterações na proporção de ocupados por setor. Como resultado destas mudanças, em 2009, mais de 50% das mulheres ocupadas trabalhavam no setor Serviços das regiões metropolitanas pesquisadas pela PED, exceto Fortaleza onde o percentual corresponde a 42,6%. O Comércio era o segundo maior empregador da mão de obra feminina em quatro das sete regiões: Porto Alegre (17,0%), Recife (19,8%), Fortaleza (19,7%) e Salvador (17,1%). Por outro lado, os Serviços Domésticos apareceram como segundo setor que mais ocupou mulheres nas regiões de São Paulo (17,1%), Belo Horizonte (15,2%) e no Distrito Federal (17,0%). Em duas regiões foi detectado um pequeno percentual de mulheres trabalhando na construção civil: Belo Horizonte, com 1,1% das ocupadas e São Paulo, com 0,6% (Tabela 1).

As maiores proporções de mulheres que trabalhavam nos Serviços Domésticos foram observadas em Fortaleza e Recife (18,3%, em cada uma das regiões) enquanto a menor foi verificada em Porto Alegre (13,0%).

Tabela 1
Distribuição das ocupadas por setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Setor de Atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	9,1	3,3	12,0	4,9	4,6	13,5	18,5
Construção civil	1,1	(2)	(2)	(2)	(2)	0,6	(2)
Comércio	13,9	14,3	17,0	19,8	17,1	15,0	19,7
Serviços	60,5	63,4	57,5	54,4	60,9	53,4	42,6
Serviços Domésticos	15,2	17,0	13,0	18,3	15,8	17,1	18,3
Outros(1)	(2)	1,4	(2)	2,3	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

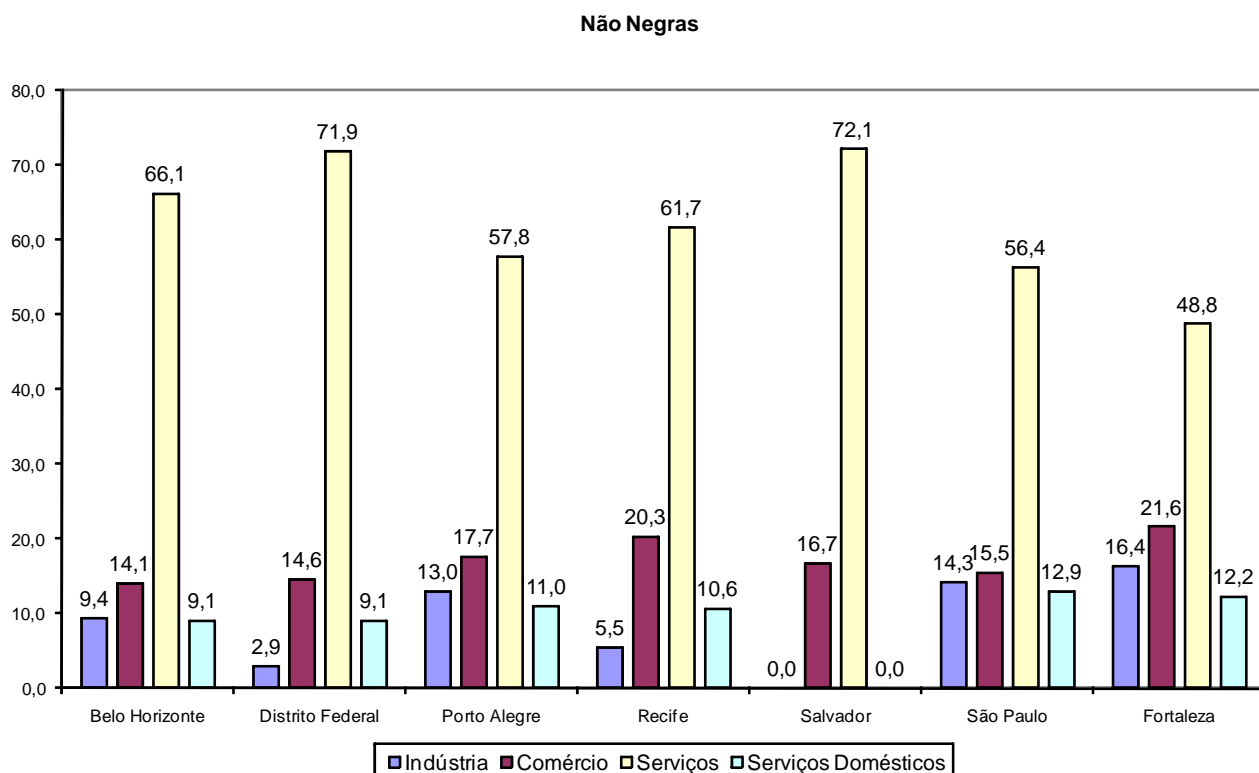
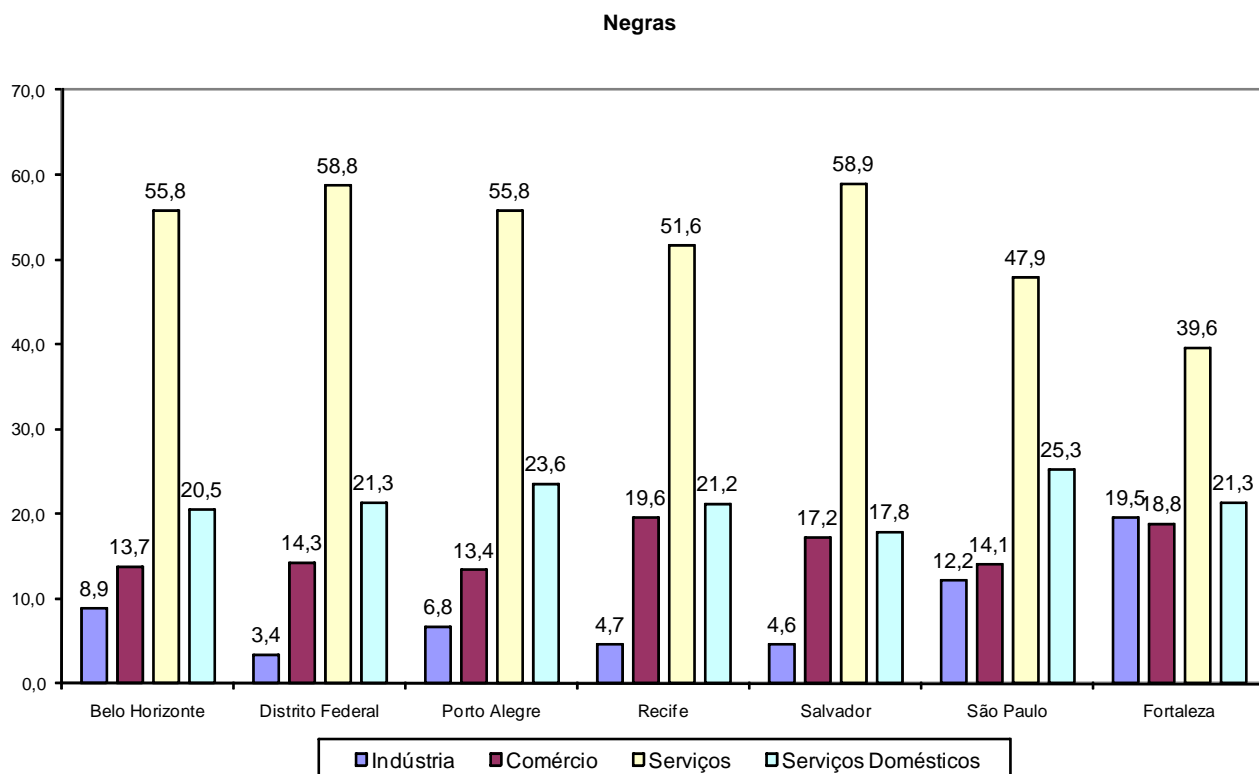
(2) A Amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Quando se faz a relação entre trabalho feminino e raça/cor, aparecem diferenças na distribuição das mulheres no mercado de trabalho, explicadas em parte pelas características demográficas regionais. Por exemplo, em Salvador, mais de 85% da população é negra e em Porto Alegre, a maior proporção é de não negros.

Para as ocupadas negras, os Serviços Domésticos foi o segundo setor mais importante em termos de ocupação. Em todas as regiões, à exceção de Salvador, do total de ocupadas negras, mais de 20% estavam alocadas nos Serviços Domésticos, sendo que em São Paulo, esse percentual chegou a 25,3%.

No caso das ocupadas não negras, o Comércio foi o segundo setor que mais empregou. Entre as trabalhadoras não negras, em 2009, os percentuais de mulheres que estavam ocupadas nos Serviços Domésticos variaram entre 9,1% (registrado no Distrito Federal e em Belo Horizonte) e 12,9%, verificado em São Paulo (Gráfico 1).

Gráfico 1
Distribuição das ocupadas negras e não negras por setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Obs: a) Na região metropolitana de Salvador, não houve desagregação da amostra para mulheres não negras na Indústria e nos Serviços Domésticos.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009. Em Salvador, 96,2% das ocupadas nos Serviços Domésticos eram negras, enquanto em São Paulo, os percentuais foram equivalentes: do total de trabalhadoras ocupadas no setor, 50,6% eram negras e 49,4% não negras. A única exceção aconteceu em Porto Alegre, onde a população negra é bem menor: 28,3% das ocupadas nos Serviços Domésticos são negras, as demais, não negras (71,7%) (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das mulheres ocupadas e das ocupadas nos serviços domésticos, por raça/cor,
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009
(em %)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Total	Negras	Não-Negras
Belo Horizonte			
Total	100,0	53,7	46,3
Serviços Domésticos	100,0	72,4	27,6
Distrito Federal			
Total	100,0	64,5	35,5
Serviços Domésticos	100,0	81,0	19,0
Porto Alegre			
Total	100,0	15,6	84,4
Serviços Domésticos	100,0	28,3	71,7
Fortaleza			
Total	100,0	67,1	32,9
Serviços Domésticos	100,0	78,1	21,9
Recife			
Total	100,0	72,4	27,6
Serviços Domésticos	100,0	84,0	16,0
Salvador			
Total	100,0	85,2	14,8
Serviços Domésticos	100,0	96,2	(1)
São Paulo			
Total	100,0	34,2	65,8
Serviços Domésticos	100,0	50,6	49,4

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Prevalece a presença de mulheres adultas

A maior parte das trabalhadoras domésticas era constituída por mulheres adultas, com idade entre 25 a 49 anos. Em todas as regiões analisadas, mais de 77% das ocupadas nos Serviços Domésticos tinham entre 25 e 59 anos. Nota-se, também, a tendência de esta ocupação ser mais exercida por mulheres mais velhas, uma vez que é pequena a parcela de jovens de 18 a 24 anos, inferior, em geral, a de mulheres com idade entre de 50 a 59 anos, exceto no Distrito Federal e em Fortaleza (Tabela 3).

Esta situação mostra que, em algumas regiões, o trabalho doméstico deixou de ser uma opção relevante para as jovens se inserirem nos mercados de trabalho metropolitanos, o que fica

evidenciado quando os dados de 2009 são comparados com os de 2000 (Tabela 3, Anexo Estatístico). A redução da proporção de jovens é expressiva nas seis regiões para as quais existem dados comparativos².

Tabela 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo faixa etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Faixa Etária	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17 Anos	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
18 a 24 Anos	7,9	14,4	(1)	8,1	10,4	6,5	15,2
25 a 39 Anos	34,9	44,7	29,0	43,1	45,7	39,2	41,1
40 a 49 Anos	30,4	26,7	33,7	30,1	27,5	29,3	25,6
50 a 59 Anos	19,3	10,7	25,2	14,4	12,9	18,9	11,0
60 Anos e Mais	5,4	(1)	7,3	(1)	(1)	4,7	(1)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

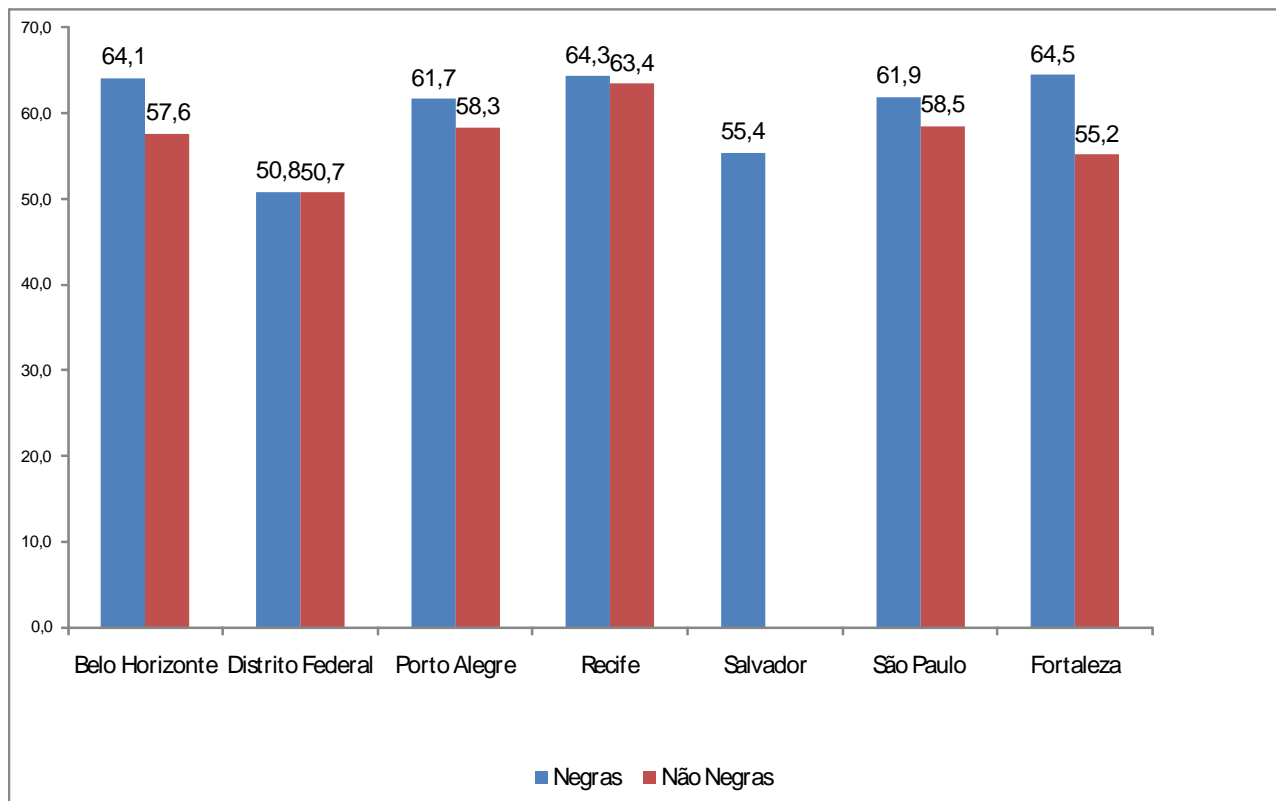
Essa alteração de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens que, assim, preferem buscar alternativas de ocupação que representem maiores chances de progresso e status profissional, e melhores perspectivas de ter carteira de trabalho assinada. Outro fator pode ser a exigência das famílias empregadoras que preferem pessoas mais experientes para a realização dos trabalhos domésticos. Como consequência, o serviço doméstico tem absorvido crescentemente mulheres adultas, em faixas etárias mais elevadas. A proporção de crianças e jovens com idade entre 10 e 17 anos exercendo o trabalho doméstico remunerado tem baixa representatividade estatística, não podendo ser dimensionado pela amostra da pesquisa.

O nível de escolaridade das domésticas é, de maneira geral, baixo. Em todas as regiões analisadas, a maioria delas não chegou a concluir o ensino fundamental (Gráfico 2). Esta característica ficou mais evidenciada entre as domésticas negras que no caso das não negras, exceto no Distrito Federal e em Recife, onde as proporções eram semelhantes. Ou seja, o trabalho nos Serviços Domésticos, por não exigir nível de instrução elevado, constitui uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas.

² A Pesquisa na Região Metropolitana de Fortaleza começou a ser divulgada em 2009, não sendo possível a comparação com dados de 2000.

Gráfico 2
Proporção das trabalhadoras domésticas negras e não negras com até o ensino fundamental incompleto
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Obs: a) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

b) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria na Região Metropolitana de Salvador.

Apesar do predomínio de trabalhadoras menos escolarizadas, em 2009, foi expressiva a participação de mulheres com ensino médio completo ou superior incompleto, com percentual próximo a 15% em Recife e Porto Alegre, de aproximadamente 17% em Fortaleza e Belo Horizonte e superior a 20% em São Paulo, Salvador e Distrito Federal (Tabela 3, Anexo Estatístico). Além de expressar a melhora do nível de escolaridade da população nos anos recentes, o dado indica uma importante diferenciação entre as ocupações exercidas nos Serviços Domésticos. Assim, tende a crescer a participação de ocupações que são exercidas por pessoas com maior grau de instrução, como babás e, em especial, acompanhantes de idosos. O envelhecimento da população, junto com a diminuição do tamanho das famílias e a maior inserção feminina no mercado de trabalho justificam a expansão do trabalho para estes profissionais domésticos, em geral com maior escolaridade, inclusive com formação na área de saúde, mas que ainda assim, mantêm o perfil do emprego doméstico, ligado às atividades que exigiriam habilidades consideradas femininas.

Em todas as regiões analisadas, a proporção de empregadas domésticas que na família ocupam a posição de cônjuges foi superior a 35%. No entanto, também entre as trabalhadoras domésticas se verificou a tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres,

cujo percentual ficou em patamar mais ou menos semelhante, variando entre 27,2% no Distrito Federal e 35,3% em Porto Alegre (Tabela 3, Anexo Estatístico).

Mensalistas são maioria

A maior parte das trabalhadoras domésticas exerceu seu trabalho como mensalista, com e sem carteira de trabalho assinada (Gráfico 3). As mensalistas representaram proporções acima de 67% em todas as regiões metropolitanas analisadas.

As empregadas mensalistas com carteira de trabalho assinada são as que, em tese, se encontram em melhor situação comparativamente às outras trabalhadoras domésticas remuneradas, em razão do reconhecimento formal de seu vínculo de trabalho e, quando o pagamento da contribuição à previdência social é efetivo por parte dos empregadores, também pelo acesso ao sistema de proteção social. No entanto, as mensalistas com carteira estavam em maior proporção apenas nas regiões de Belo Horizonte (42,6%), Distrito Federal (43,6%), Porto Alegre (45,1%) e São Paulo (36,6%). Nas regiões do Nordeste, por sua vez, foi superior o percentual de mensalistas sem carteira assinada, com destaque para Fortaleza (63,6%).

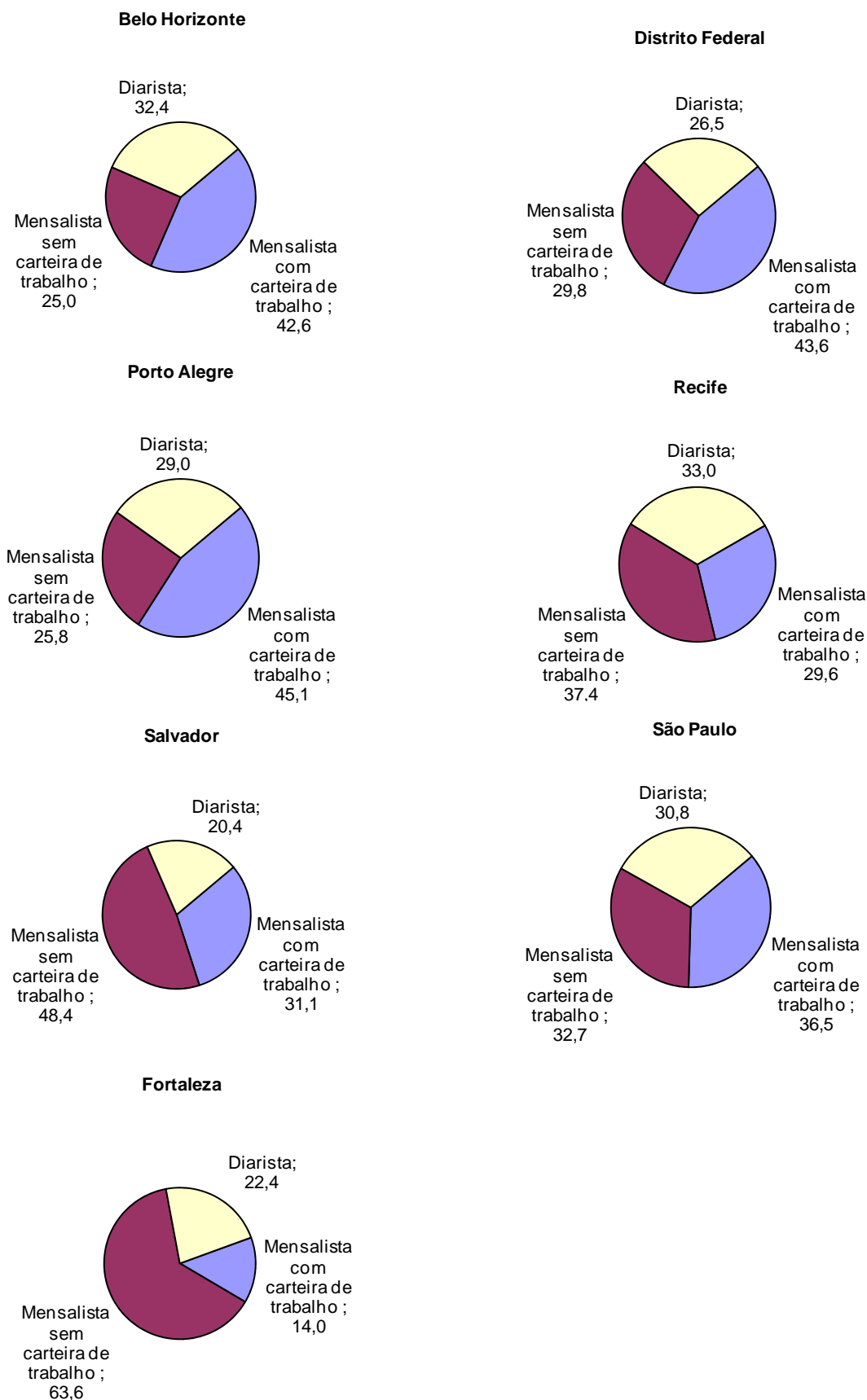
Assim, percebe-se que o direito básico de ter a carteira de trabalho assinada ainda não é totalmente respeitado. As relações peculiares entre empregado e empregador³ exigem conhecimento e tratamento adequados para que se possa garantir proteção social a essas trabalhadoras.⁴

As diaristas possuem uma situação mais instável e precária, pois são remuneradas pelo dia de trabalho. Caso entrem em férias ou fiquem doentes, deixam de receber seus salários. Também é mais intenso o ritmo de trabalho, uma vez que precisam “dar conta” de todo o serviço na sua jornada diária. Estas trabalhadoras, cuja participação nos Serviços Domésticos vem aumentando desde 2000, representaram, em 2009, um percentual que variou de 20,4%, em Salvador a 33,0% em Recife.

³ Ávila, Maria Betânia de Melo. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Fevereiro de 2009.

⁴ Ver *Mais Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos no Brasil* – OIT escritório no Brasil, em <www.oitbrasil.org.br>.

Gráfico 3
Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Uma das grandes fragilidades do emprego doméstico é a baixa proporção de mulheres que contribuem para a previdência social. No caso das mensalistas com carteira, a contribuição está garantida. Mas no caso das mensalistas sem carteira, o número de contribuintes foi tão baixo que não foi possível desagregar a amostra. Entre as diaristas, segmento em que também é menos frequente a prática do registro na carteira de trabalho ou de contribuição ao INSS, os percentuais observados foram 15,8% em Belo Horizonte e 10,9% em São Paulo.

Como resultado, a parcela de trabalhadoras nos Serviços Domésticos que eram contribuintes da Previdência Social em 2009 variou de 19,8% em Fortaleza, percentual bem abaixo dos verificados nas demais regiões, a 52,5% em Porto Alegre (Tabela 9, Anexo Estatístico).

Baixa rotatividade

Os Serviços Domésticos não se caracterizam pela alta rotatividade, mesmo porque, por ser realizado dentro do domicílio, um dos laços que se estabelece é o da confiança mútua. O tempo médio de permanência nesta atividade foi alto em todas as regiões pesquisadas. Em Fortaleza, 3 anos e 11 meses, o menor entre as regiões e em Belo Horizonte, o maior, 5 anos e 4 meses.

O tempo médio de permanência no emprego, em 2009, não apresentou diferenças expressivas por raça/cor nas regiões de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. No entanto, no Distrito Federal, o tempo médio de permanência das não negras - de 4 anos e 6 meses - foi bem superior ao das negras (em 3 anos e 10 meses). O mesmo aconteceu em Recife, onde as não negras permaneciam 5 anos e 3 meses no emprego, enquanto as negras ficavam 4 anos e 6 meses. Em Salvador, a amostra não permitiu fazer a desagregação para as trabalhadoras não negras. Já em Porto Alegre, onde a população negra é menor, o tempo médio de permanência das trabalhadoras negras (5 anos e 10 meses) superou a de não negras, 5 anos.

Jornadas extensas

O trabalho doméstico envolve, com frequência, longas jornadas. As maiores jornadas das trabalhadoras domésticas remuneradas foram verificadas nas regiões metropolitanas do Nordeste, com 54 horas semanais em média, em Recife; 50 horas semanais, em Fortaleza, e 45 horas, em Salvador. No Distrito Federal, a jornada média foi de 44 horas, semelhante àquela estabelecida em lei. Em Belo Horizonte a jornada ficou, em média, em 42 horas, enquanto em Porto Alegre e em São Paulo correspondeu a 41 horas. Não houve diferença significativa na extensão da jornada segundo a raça/cor das trabalhadoras (Tabela 4).

Quando se considera a posição na ocupação, verifica-se que as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, independentemente de raça/cor, foram as que exerceram as jornadas de trabalho mais longas em todas as regiões, destacando-se Recife, onde a

jornada média foi 58 horas e Fortaleza, 53 horas. Ainda que para aquelas sem carteira assinada a jornada tenha sido menor, ainda assim excedeu a jornada legal em Recife (50 horas) e Fortaleza (49 horas).

Já entre as domésticas diaristas, a jornada média semanal foi menor, variando entre 20 horas (Salvador) e 24 horas, (Belo Horizonte e Distrito Federal), provavelmente como reflexo da realização do trabalho em menor quantidade de dias na semana e não necessariamente por menos horas trabalhadas por dia.

Tabela 4
Horas semanais médias trabalhadas pelas trabalhadoras domésticas (1), por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em %)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	42	42	43	44	45	44	41	41	41	54	53	55
Com Carteira												
Assinada	44	44	44	46	46	46	42	42	42	58	57	59
Sem Carteira												
Assinada	40	39	41	42	43	41	40	40	40	50	50	51
Diaristas	24	24	24	24	24	(2)	23	23	23	22	22	20

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Mensalistas	45	45	(2)	41	41	41	50	50	51
Com Carteira									
Assinada	50	50	(2)	44	44	44	53	53	(2)
Sem Carteira									
Assinada	41	41	(2)	38	38	39	49	49	51
Diaristas	20	20	(2)	23	24	23	22	22	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Exclusive as que não trabalharam na semana.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Obs: Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Empregadas domésticas recebem os menores rendimentos, que pouco se diferenciam entre negras e não-negras

O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas, em 2009, foi bem menor nas regiões metropolitanas do Nordeste. Em Fortaleza foi de R\$ 1,71 por hora em média e em Recife, R\$ 1,87. Já em Salvador, a média recebida foi de R\$ 2,08 por hora.

Normalmente, os maiores salários médios são registrados no Distrito Federal, principalmente pela presença do Serviço Público. No caso das trabalhadoras domésticas, porém, o maior rendimento foi observado em São Paulo, capital onde o custo de vida é dos mais elevados do país, com R\$ 3,52 por hora, seguido de Porto Alegre, R\$ 3,51 por hora e pelo Distrito Federal, R\$ 3,08.

Por raça/cor, não foram observadas diferenças expressivas entre os rendimentos das trabalhadoras domésticas.

Tabela 5
Rendimento médio real por hora (1) das ocupadas, por raça/cor, segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009

(em R\$ de novembro de 2009)

Setor de Atividade	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	6,26	4,46	8,19	9,37	7,55	12,44	6,05	4,39	6,36	3,56	3,18	4,78
Indústria	5,61	4,43	6,87	5,47	(2)	(2)	5,05	(2)	5,11	3,91	(2)	(2)
Comércio	4,32	3,58	5,04	4,90	4,43	5,60	4,36	(2)	4,48	2,49	2,34	2,91
Serviços	7,72	5,36	10,14	12,55	10,39	15,80	7,49	5,07	7,95	4,88	4,33	6,19
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	3,04	3,02	3,03	3,08	3,08	3,07	3,51	3,39	3,56	1,87	1,86	(2)
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Setor de Atividade	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Total	4,98	4,32	9,14	6,17	4,22	7,26	3,68	3,13	4,63
Indústria	5,78	(2)	(2)	6,19	4,34	7,01	2,92	2,69	3,52
Comércio	3,68	3,43	(2)	4,59	3,45	5,23	2,93	2,64	3,36
Serviços	6,17	5,31	10,55	7,59	4,82	8,82	5,36	4,64	6,54
Construção Civil	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)
Serviços Domésticos	2,08	2,08	(2)	3,52	3,52	3,60	1,72	1,71	1,70
Outros	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês

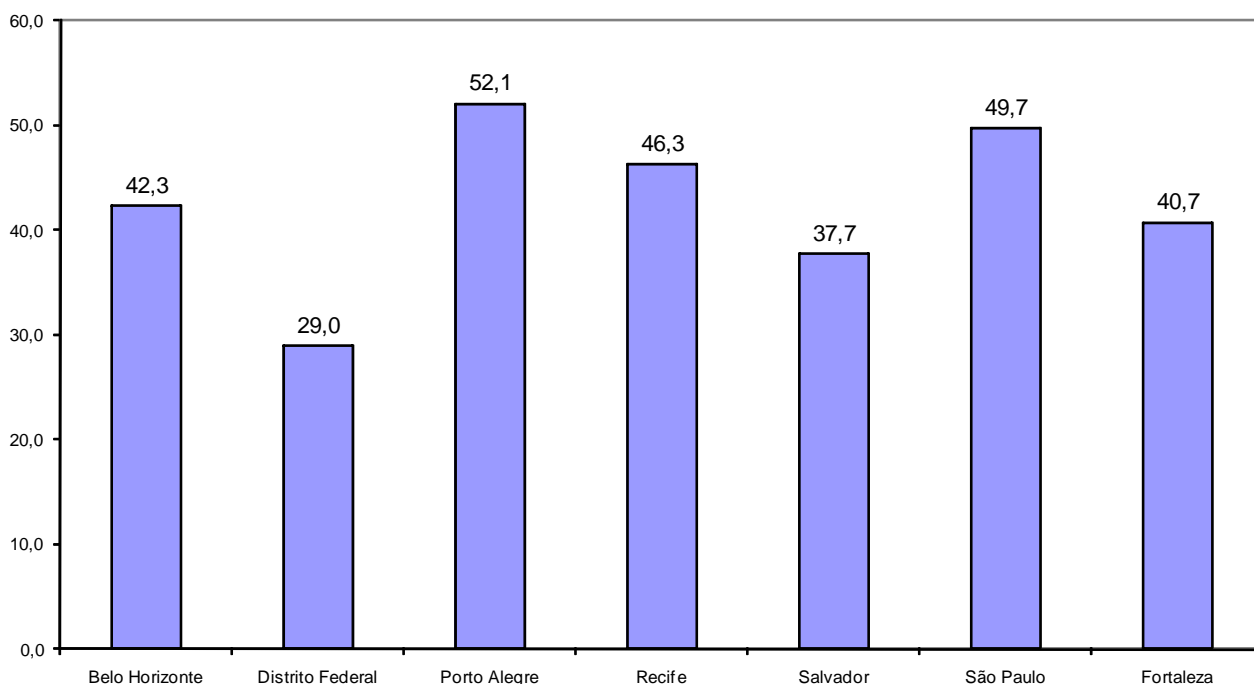
(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Índices utilizados: IPCA-BH/ÍPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos

O rendimento da trabalhadora doméstica foi o menor entre todos os setores de atividade, correspondendo à metade do pago, em média, no setor Serviços. Em 2009, este montante equivalia a menos da metade do recebido pelo total de ocupados nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Recife e principalmente no Distrito Federal, onde o valor que as trabalhadoras domésticas receberam foi inferior a um terço da média dos ocupados. Em São Paulo e Porto Alegre, foi praticamente a metade (Gráfico 4).

Gráfico 4
Proporção dos rendimentos médios por hora das trabalhadoras domésticas (1) em relação ao do
total de ocupados e do total dos homens não negros
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em %)



Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/YPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Em 2009, as diaristas recebiam, em média, um valor por hora superior ao das mensalistas. Já entre as mensalistas, o valor por hora médio recebido por aquelas que tinham carteira assinada superou, em todas as regiões, o recebido pelas sem carteira assinada (Tabela 6).

O rendimento obtido pelas diaristas chegou a ser 47,2% maior do que o das mensalistas em Fortaleza e 38,3% superior no Distrito Federal. Em comparação com aquelas com carteira de trabalho assinada, a maior diferença foi observada no Distrito Federal, 31,9% enquanto em Porto Alegre ficou em 22,1%. O rendimento das diaristas foi ainda maior na comparação com o recebido pelas mensalistas sem carteira. Em Belo Horizonte, onde se registrou a menor diferença, o das diaristas superou em 44,5% o das mensalistas. Já em Fortaleza, as diaristas ganharam 61,2% a mais. O maior rendimento, aliado à flexibilidade de jornada de trabalho, pode indicar a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas. Destaca-se que a análise do rendimento hora desconsidera outros benefícios que as mensalistas com carteira assinada possam ter como descanso semanal remunerado, férias e 13º terceiro.

Tabela 6
Rendimento médio real por hora (1) das trabalhadoras domésticas, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2009
(em R\$ de novembro de 2009)

Posição na Ocupação	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre			Recife		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas												
Mensalistas	2,89	2,84	2,95	2,92	2,86	2,89	3,34	-(2)	3,38	1,75	1,77	-(2)
Com Carteira Assinada	3,04	3,01	-(2)	3,06	3,07	-(2)	3,55	-(2)	3,61	1,98	2,02	-(2)
Sem Carteira Assinada	2,46	-(2)	-(2)	2,58	2,52	-(2)	2,92	-(2)	-(2)	1,54	1,53	-(2)
Empregadas Domésticas												
Diaristas	3,55	3,59	-(2)	4,04	3,98	-(2)	4,34	-(2)	-(2)	2,34	2,38	-(2)

Posição na Ocupação	Salvador			São Paulo			Fortaleza		
	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras	Total	Negras	Não-Negras
Empregadas Domésticas									
Mensalistas	2,04	2,05	-(2)	3,34	3,31	3,37	1,64	1,64	1,65
Com Carteira Assinada	2,27	2,27	-(2)	3,68	3,64	3,73	2,25	-(2)	-(2)
Sem Carteira Assinada	1,87	1,88	-(2)	2,89	2,84	2,95	1,50	1,48	-(2)
Empregadas Domésticas									
Diaristas	-(2)	-(2)	-(2)	4,47	4,43	4,51	2,42	2,44	-(2)

Fonte: Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Nota: (1) Excluídas as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria em Salvador e Recife.

Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD, INPC-DF-IBGE, IPC-IEPE/RS, INPC-RMR/IBGE/PE, IPC-SEI/BA, ICV-DIEESE/SP e INPC-RMF.

b) Cor negra = pretos + pardos. Cor não negra = brancos + amarelos.

Sistema PED - Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – SEDESE – SINE/MG; Fundação João Pinheiro – FJP.

Distrito Federal: Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

Porto Alegre: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do

Rio Grande do Sul: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/SINE-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser –

FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho;

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

Socioeconômicos – Dieese. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – SETRE; Secretaria do Planejamento do

Estado da Bahia – SEPLAN; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP;

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – SERT; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

boletim **Trabalho e** **CONSTRUÇÃO**

Nº 4 – Outubro 2010

DIIESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

CRESCIMENTO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL FAVORECE A EXPANSÃO DE POSTOS DE TRABALHO E DO RENDIMENTO

Em 2010, a retomada do crescimento econômico em patamar superior ao verificado nos últimos anos – após uma momentânea interrupção por conta da crise internacional em 2009 – tem propiciado uma melhora, ainda que de forma e intensidade diferenciadas, dos mercados de trabalho das regiões pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED¹.

*Nesse contexto, a Construção Civil tem sido um dos principais carros-chefe do crescimento econômico atual², impulsionada pela recuperação dos investimentos, maior facilidade de acesso ao crédito³ e prorrogação da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI para material de construção até dezembro de 2010. Como resposta ao dinamismo do setor, o número de postos de trabalho na Construção Civil ampliou-se, juntamente com o crescimento do rendimento médio real, no primeiro semestre de 2010, na maioria das regiões pesquisadas. É o que revela o quarto número do **Boletim Trabalho e Construção***

¹ A pesquisa atualmente é realizada nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, São Paulo e no Distrito Federal.

² De acordo com o IBGE, a Construção Civil cresceu 14,9% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, taxa inferior somente à registrada na Indústria de Transformação (17,2%) e no Comércio (15,2%).

³ Na comparação entre os primeiros cinco meses de 2009 e 2010, o financiamento imobiliário com recursos do FGTS, por exemplo, registrou um crescimento de 24,5% na quantidade de operações realizadas, de 49,9% nos valores contratados e de 43,6% no número de unidades comercializadas.

PRÓXIMOS ANOS PROMETEM SER POSITIVOS PARA SETOR

A eclosão da crise internacional e seus desdobramentos arrefeceram de forma acentuada o dinamismo da economia brasileira no início do ano passado. Ainda assim, como resposta a uma série de políticas e estímulos governamentais, a Construção Civil ampliou o contingente de ocupados, muito embora os rendimentos dos trabalhadores do setor não tenham apresentado uma tendência comum entre as regiões pesquisadas.

A necessidade de um crescimento econômico elevado e sustentável ao longo do tempo tem colocado na ordem do dia a exigência de ampliação da taxa de investimento da economia brasileira. De acordo com o IBGE, a taxa de investimento brasileira, como proporção do PIB, atingiu 18,0% no primeiro trimestre de 2010, recuperando o patamar vigente no mesmo período de 2008, uma vez que em 2009, tal taxa recuou para 16,3%. Entretanto, atualmente, esta taxa é inferior à verificada no início dos anos 2000 (19,0%).

Apesar de os passos necessários para o país alcançar uma taxa de investimento considerada ideal para o crescimento sustentável da economia - ou seja, sem pressões inflacionárias - serem controversos, existe um relativo consenso sobre a necessidade de ampliação do nível atual de investimento no país.

Além disso, espera-se a continuidade dos programas de incentivo à habitação popular, um reforço no processo de recuperação e ampliação da infraestrutura brasileira,

bem como o início e intensificação das obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Tudo isso delineia um cenário promissor para o setor da Construção Civil nos próximos anos, com impactos positivos sobre o emprego e a renda.

DESEMPENHO NO 1º SEMESTRE DE 2010

1 – No primeiro semestre de 2010, a ocupação na Construção Civil cresceu **1,3%** nas regiões metropolitanas investigadas pelo Sistema PED. Nos primeiros seis meses deste ano, foram incorporadas **16 mil** pessoas ao total de ocupados do setor, que passou a contabilizar **1.229 mil** trabalhadores, entre empregados com e sem registro na carteira de trabalho, autônomos ou conta própria, empregadores e profissionais liberais (Tabela 1).

2- No confronto dos semestres, apenas as regiões metropolitanas de Belo Horizonte (-9,2%) e de Recife (-4,7%) assinalaram uma redução do número de trabalhadores ocupados no setor. Por outro lado, o crescimento dos postos de trabalho na Construção Civil variou entre 2,6%, em São Paulo, e 10,3%, em Fortaleza (Tabela 1).

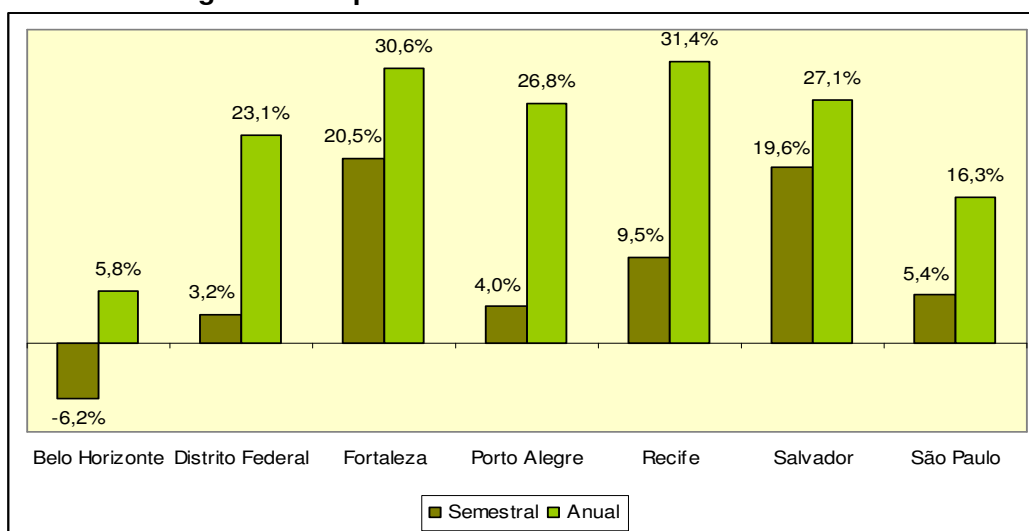
3 – Na comparação dos mesmos trimestres nota-se que o assalariamento expandiu-se em todas as regiões pesquisadas, com exceção de Belo Horizonte (-6,2%). O crescimento do emprego ocorreu de forma mais intensa em Fortaleza (20,5%), seguida de perto por Salvador (19,6%). Por outro lado, o aumento do emprego foi significativamente mais tímido no Distrito Federal (3,2%), em Porto Alegre (4,0%) e em São Paulo (5,4%) (Gráfico 1).

TABELA 1
Estimativa de ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009 e 2010

Regiões	1º Semestre 2009	2º Semestre 2009	1º Semestre 2010	Variação			
				1º Semestre 2010 X 2º Semestre 2009		1º Semestre 2010 X 1º Semestre 2009	
				absoluta	relativa (%)	absoluta	relativa (%)
Total	1.095	1.213	1.229	16	1,3	134	12,2
Belo Horizonte	159	184	167	-17	-9,2	8	5,0
Distrito Federal	57	63	67	4	6,3	10	17,5
Fortaleza	82	97	107	10	10,3	25	30,5
Porto Alegre	94	103	106	3	2,9	12	12,8
Recife	73	86	82	-4	-4,7	9	12,3
Salvador	93	102	107	5	4,9	14	15,1
São Paulo	537	578	593	15	2,6	56	10,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

GRÁFICO 1
Variação do número de assalariados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009 e 2010



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

4 – De janeiro a junho de 2010, somente a Região Metropolitana de São Paulo assinalou decréscimo do rendimento médio real dos trabalhadores do setor (-3,0%). Nas demais, embora com intensidade diferenciada, a remuneração dos ocupados da construção civil aumentou: 10,7% em Recife, 10,6% no Distrito Federal, 9,1% em Belo

Horizonte, 8,8% em Salvador, 6,9% em Fortaleza e 1,5% em Porto Alegre. Vale destacar que São Paulo é a região onde o rendimento médio dos trabalhadores da Construção Civil é mais elevado (R\$ 1.151), ao passo que Recife é a região onde o rendimento médio é o menor entre as regiões pesquisadas (R\$ 536) (Tabela 2).

TABELA 2
Rendimento médio real dos ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009 e 2010

(Valores em R\$ de maio/2010)

Regiões	1º Semestre 2009	2º Semestre 2009	1º Semestre 2010	Variação Relativa	
				1º Semestre 2010 X 2º Semestre 2009	1º Semestre 2010 X Semestre 2009
Belo Horizonte	891	768	838	9,1	-5,9
Distrito Federal	904	893	988	10,6	9,3
Fortaleza	635	636	680	6,9	7,1
Porto Alegre	973	1.051	1.067	1,5	9,7
Recife	531	484	536	10,7	0,9
Salvador	719	674	733	8,8	1,9
São Paulo	1.068	1.187	1.151	-3,0	7,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

COMPARAÇÃO ENTRE OS PRIMEIROS SEMESTRES – 2009 E 2010

5 – Na comparação entre os primeiros semestres de 2009 e 2010, o nível ocupacional na Construção Civil cresceu em todas as regiões pesquisadas. O maior crescimento ocorreu na região metropolitana de Fortaleza (30,5%), enquanto Belo Horizonte assinalou o aumento mais comedido (5,0%) (Tabela 1).

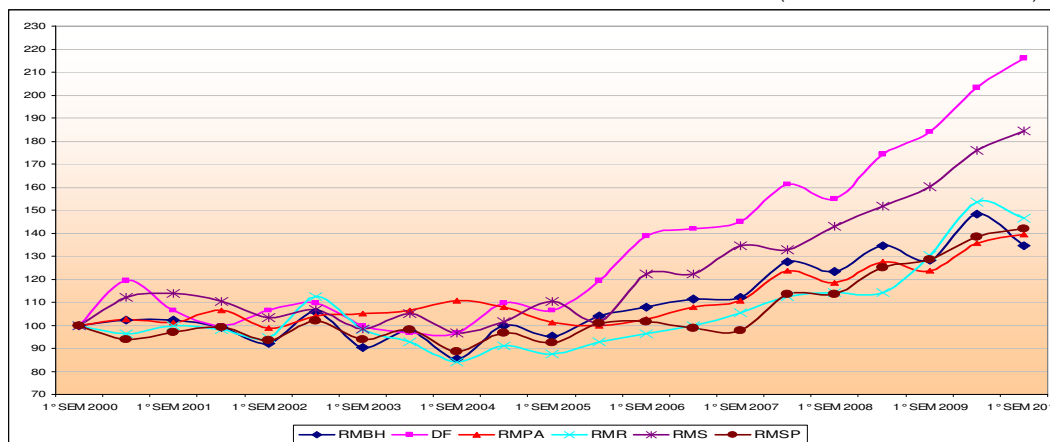
6 – Tendo como parâmetro o primeiro semestre de 2000, percebe-se um crescimento expressivo do número de trabalhadores ocupados na Construção Civil em todos os mercados regionais pesquisados (neste caso, não da para ser feita a comparação para Fortaleza). Entretanto, é possível verificar dois períodos relativamente distintos: um que se estende do primeiro semestre de

2000 até o primeiro semestre de 2005, e caracteriza-se pela relativa estabilidade do nível ocupacional do setor; e um segundo período que se inicia a partir do segundo semestre de 2005, em sintonia com o maior dinamismo da economia brasileira. A partir de então, os postos de trabalho na Construção Civil passam a registrar uma tendência de crescimento mais acelerada (Gráfico 2).

7 – Em relação ao mesmo período de 2009, o primeiro semestre de 2010 assinalou aumento do rendimento médio real dos trabalhadores do segmento da Construção Civil. A única exceção ficou por conta da região metropolitana de Belo Horizonte, onde o rendimento médio real apresentou um decréscimo de 5,9%. Os aumentos mais expressivos, por seu turno, foram registrados em Porto Alegre (9,7%) e no Distrito Federal (9,3%) (Tabela 2).

GRÁFICO 2
Evolução do número de ocupados na Construção Civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1º semestre 2000 a 1º semestre de 2010

(Base 100= 1º sem./2000)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
 Nota: A Pesquisa de Emprego e Desemprego foi implantada na Região Metropolitana de Fortaleza em outubro de 2008

8 – No intervalo de tempo analisado, poucas mudanças ocorreram em termos de extensão da jornada de trabalho exercida pelo trabalhador da Construção. Nesse quesito, a região

metropolitana de Porto Alegre foi a única a registrar mudanças, com um recuo da jornada de trabalho média de 42 para 41 horas semanais (Tabela 3).

TABELA 3
Horas semanais trabalhadas pelos ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009 e 2010

(Em horas semanais)

Regiões	Períodos	1º semestre 2009	2º semestre 2009	1º semestre 2010	Variação			
					1º sem. 2010 X 2º sem. 2009		1º sem. 2010 X 1º sem 2009	
					Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Belo Horizonte		41	42	41	-1	-2,4	0	0,0
Distrito Federal		44	43	44	1	2,3	0	0,0
Fortaleza		42	43	42	-1	-2,3	0	0,0
Porto Alegre		42	43	41	-2	-4,7	-1	-2,4
Recife		46	46	46	0	0,0	0	0,0
Salvador		43	44	43	-1	-2,3	0	0,0
São Paulo		42	43	42	-1	-2,3	0	0,0

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Instituições Participantes

Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE **Apoio:** Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT

Regiões Metropolitanas

Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais – Sedese – Sine/MG; Fundação João Pinheiro – FJP. **Distrito Federal:** Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal; DIEESE. **Porto Alegre:** Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul; Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul; Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS/Sine-RS; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE; Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Recife:** Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco/Agência do Trabalho; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Município do Recife; DIEESE. **Salvador:** Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia – Setre; Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – Seplan; Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Universidade Federal da Bahia – UFBA; DIEESE. **São Paulo:** Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo – SEP; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo – Sert; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade; DIEESE.